

## Equipe da AGESAN encerra a fiscalização no município de Florianópolis

No dia 24/08/2012 foi encerrada a campanha de fiscalização inicial do município de Florianópolis pela equipe da AGESAN. Ao longo de aproximadamente um mês, foram fiscalizados diferentes constituintes do sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, como estações de tratamento de água e esgoto, estações elevatórias, reservatórios, captações de água superficial e subterrânea e escritórios comerciais. O município de Florianópolis possui 33 captações de água, 17 unidades de



tratamento de água, 34 reservatórios, 92 estações de recalque e 8 estações de tratamento de esgoto. Juntamente com as visitas de vistoria de carácter técnico-operacional, foram realizadas coletas para análise do efluente das estações de tratamento de esgoto, assim como de amostras de água em diferentes pontos do sistema de abastecimento (captação, saída da unidade de tratamento e reservatórios). Em setembro, o relatório de fiscalização, onde constarão as recomendações e os respectivos prazos a serem cumpridos pela concessionária, será finalizado pela Agência. O relatório estará disponível para consulta na página da AGESAN.

## Diretoria de Regulação e Fiscalização realiza atividades no Extremo Oeste Catarinense

Durante o mês de agosto, a equipe técnica da AGESAN esteve presente em dez municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina para realizar visitas de cunho fiscalizatório e institucional, onde foram entregues exemplares do relatório anual e informativos da agência aos municípios, assim como vistorias dos sistemas de água. Os municípios que receberam a visita da agência foram: Campos Novos, São Miguel d'Oeste, São José dos Cedros, Descanso, Belmonte, Bandeirantes, Santa Helena, Dionísio Cerqueira, Palma Sola e Campo Erê.

Desde sua criação, a AGESAN conta com o serviço de atendimento aos usuários e à sociedade em geral, a Ouvidoria. O objetivo deste serviço é atender às reclamações e solicitações dos usuários, identificar e procurar solucionar os problemas, fazendo a mediação entre usuário e prestadoras de serviços.

Contatos: 0800 6448 500/(48) 3665-4350 ou pelo e-mail [ouvidoria@agesan.sc.gov.br](mailto:ouvidoria@agesan.sc.gov.br)

# Ouvidoria

## Diretor Geral do Centro de Pesquisas em Química Aplicada do México visita a AGESAN

Na tarde do dia 27/08/2012, o Dr. Juan Méndez Nonell esteve presente nas instalações da Agência para uma visita institucional como representante do “Centro de Investigación en Química Aplicada” (CIAQ) da cidade de Saltillo no México. A visita foi um passo inicial para a criação de uma parceria entre a AGESAN e o Centro de Pesquisas, visando à troca de conhecimentos e à implantação de tecnologias atuais e de ponta na área do saneamento ambiental, como técnicas refinadas e precisas para análises de qualidade de água. Criado em novembro de 1976, o centro é uma organização pública descentralizada que foca na interdisciplinaridade de projetos de pesquisa. Esses são executados em colaboração com instituições científicas e educacionais mexicanas e internacionais, assim como parceiros em áreas de desenvolvimento e pesquisa comercial. Os beneficiados pela pesquisa científica feita pelo CIAQ incluem, mas não se restringem, a área petroquímica, biotecnológica, automotiva, eletroeletrônica, de agricultura e ambiental. Atualmente, o centro contribui para a formação de cientistas em nível de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.



## AGESAN marca presença em reunião da Câmara Técnica de Saneamento e no lançamento do livro “Regulação 2012 - Saneamento Básico” em São Paulo

O diretor de regulação e fiscalização, Silvio César dos Santos Rosa, juntamente com o gerente de regulação, Cássio Moraes Schambeck, esteve presente no dia 21 de agosto na sede da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), para a 8ª reunião da Câmara Técnica de Saneamento da ABAR (Associação Brasileira de Agências de Regulação). Nesse encontro foram discutidos temas como: Plano de Segurança da Água, indicadores de regulação, metodologia para avaliação da continuidade de serviços, contabilidade regulatória, processo de revisão tarifária, entre outros.

No dia seguinte, foi lançada pela ABAR a publicação “Regulação 2012 – Saneamento Básico”, a qual constitui um amplo levantamento anual da área da regulação em saneamento, que vem sendo feito desde 2008. Juntamente com o diretor de regulação e fiscalização, esteve presente no



lançamento o diretor de relações institucionais José Ari Vequi. Nesta última edição do livro, houve a participação de 23 agências reguladoras espalhadas por 18 estados e no Distrito Federal, representando quase todo universo das agências filiadas à ABAR que regulam o setor. O lançamento contou com a parceria da ABDIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base), em cuja sede ocorreu o evento, contando com a participação de representantes das entidades parceiras ABES, AESB, SINDCON e ABCON e Trata Brasil, além de outros convidados de representantes de agências reguladoras e da diretoria da ABAR.

# AGESAN sedia a segunda reunião para discussão do projeto Sujismundo

Estiveram reunidos representantes de vários órgãos e instituições na AGESAN para sequência da série de reuniões mensais marcadas para discussão do projeto Sujismundo. O projeto objetiva publicar um número de 100 mil revistas com histórias em quadrinhos, com tiragem trimestral, abordando o tema meio ambiente sustentável com foco nos resíduos sólidos, em histórias escritas/contadas em torno do cotidiano social, tendo como personagem principal o Sujismundo.

Neste segundo encontro, foi feita uma vídeo-conferência com Guilherme Alvernaz, diretor de animação na Oca Filmes, o qual expôs ao grupo sua proposta e detalhou características do personagem principal do projeto. Guilherme é um dos maiores e mais reconhecidos diretores de animação do Brasil. É filho do animador Ruy Perotti, criador do personagem Sujismundo. Uma das principais questões debatidas no encontro foi a consolidação do produto em si, ou seja, o gibi, para sua posterior apresentação a entidades financiadoras.

O projeto visa desenvolver e transmitir conhecimentos sobre meio ambiente aos jovens estudantes, sensibilizando-os a desenvolverem uma cultura consciente sobre os problemas ambientais no seu cotidiano. O público-alvo são jovens estudantes das escolas públicas e privadas na região da Grande Florianópolis, cursando do 1º ao 5º ano do ensino fundamental com uma abrangência de 22 municípios.



## O Valor do Lixo

Terminou neste mês o prazo para que municípios finalizassem seus Planos de Gestão de Resíduos Sólidos. A exigência dos planos foi estipulada pela Lei 12.305, de 2010, que institui uma política nacional para coleta e destinação de lixo. A legislação prevê para agosto de 2014 a extinção dos primitivos lixões, a implantação de aterros sanitários e a universalização da coleta seletiva. Tais metas não são nada triviais de atingir.

O Legislativo, acertadamente, estabeleceu a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos. Isso significa que todos – pessoas físicas, setor público e empresas – têm deveres a cumprir. Aos cidadãos caberá separar materiais recicláveis de orgânicos e fazer a devolução de alguns produtos após o uso. Os governos, nos três níveis de administração, terão tarefas, mas os municípios serão os responsáveis por serviços de coleta e destinação final dos resíduos. As empresas terão de providenciar programas de logística reversa, para recuperar o resíduo gerado por seus produtos. É o aspecto mais complexo do processo.

A lei exige que a regra se aplique desde embalagens de agrotóxicos a pilhas e baterias e de pneus e óleos lubrificantes a lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos. Como já havia regulamentação para os três primeiros itens, os esforços voltam-se para os demais.

As dificuldades não são pequenas, em especial no que respeita aos custos que a operação acarretará. É quase certo que serão repassados ao consumidor, num primeiro momento, via preços; mas também se pode imaginar que o mercado premiará aqueles fabricantes que tornarem menos custosa a logística reversa, reduzindo as embalagens, por exemplo.

Até 2014, contudo, ainda há tempo para corrigir as distorções.

Fonte: Folha de São Paulo (27/08/12).



## Finalidades da AGESAN

-  Regular, controlar, fiscalizar, com poder de polícia, os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana do Estado de Santa Catarina;
-  Disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos das políticas de saneamento básico;
-  Garantir a qualidade dos serviços públicos de saneamento básico;
-  Buscar canais para relacionamento com usuários, consumidores e prestadoras de serviço para o atendimento de suas necessidades;
-  Estimular a participação do cidadão no processo decisório.

  
**Agesan**  
 Agência Reguladora de Serviços de Saneamento  
 Básico do Estado de Santa Catarina

## ARTIGO

**Consórcio Intermunicipal do Contestado (COINCO)**

Larissa Tagliari – Eng<sup>o</sup>. Ambiental e Diretora Executiva do COINCO



No ano de 1999, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina firmou com os municípios catarinenses um Termo de Ajustamento e Conduta, o qual exigiu eliminar os lixões a céu aberto dos municípios e recuperar as áreas degradadas. A partir deste momento, foi criado o Consórcio Intermunicipal do Contestado (COINCO), inicialmente composto por cinco municípios (Brunópolis, Curitibaanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul). Fundado em 04/10/2001, na forma de Consórcio Público de Direto Privado, teve como objetivo a destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

Nos quatro primeiros anos do COINCO, além da estruturação legal e funcional, nossas ações foram voltadas simultaneamente à implantação do aterro e recuperação das áreas degradadas dos antigos lixões. Em 2005, instalamos a Usina de Triagem. A partir desse momento, todos os resíduos recebidos no aterro passaram a ser separados, destinando-se ao aterramento somente o material rejeitado. Essa ação aumentou a vida útil do aterro em mais de 40%. No ano de 2005, ingressaram no Consórcio os municípios de Ponte Alta e Santa Cecília, passando a sete os entes consorciados. Em dezembro de 2006, o Consórcio foi transformado de privado para público, estando desde então adequado à Lei dos Consórcios (11.107/2005). Em 2009, foi adquirido um trator de esteira, o que fez com que diminuíssemos sensivelmente as despesas operacionais (metodologia usada até hoje). Em janeiro de 2011, com um caminhão adquirido em parceria com o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente – FEPEMA, iniciamos os serviços de coleta em cinco municípios (ficaram de fora Curitibaanos e Santa Cecília). No segundo semestre de 2011, a Assembleia de Prefeitos e as Câmaras Municipais dos municípios consorciados autorizaram o ingresso de mais dois municípios (Monte Carlo e Lebon Régis), passando o COINCO a ser composto por nove municípios: Brunópolis, Curitibaanos, Frei Rogério, Monte Carlo, Lebon Régis, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul, com uma população total de 92.237 habitantes, segundo o último levantamento do IBGE, e com um recebimento aproximado de 900 toneladas de resíduos por mês.

A forma de “Consórcio” é a melhor ferramenta na gestão dos resíduos sólidos. O custo da destinação final, incluídos os custos de triagem, é em torno de R\$ 50,00 a tonelada de RSU recebidos no aterro. O investimento, por ser “rateado” entre todos os consorciados, também é irrisório. Podemos afirmar que o valor por tonelada é inferior a 50% do praticado no mercado. A experiência nos levou a partir também para a coleta. O custo de coleta aos municípios atendidos apresenta uma economia de 40% (em média). É uma diferença significativa. Com a economia obtida na coleta convencional, será possível o COINCO implantar até final do ano de 2012 o sistema de coleta seletiva em toda sua área de abrangência.

Como o cumprimento à Lei 12.305 sempre foi uma constante, o COINCO necessita elaborar o Plano Integrado de Resíduos Sólidos – PIRS de todos os seus municípios. Atualmente, estamos buscando parcerias com o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, para obtenção de recursos para elaboração do PIRS.

